



## CATALÃO (GO): CINCO DÉCADAS DE EXPLORAÇÃO MINERAL, IMPACTOS E RESISTÊNCIAS (1970 – 2020)

Bruno Serafim dos Reis <sup>1</sup>  
João Cleps Junior <sup>2</sup>

### RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é realizar uma discussão acerca da exploração mineral que ocorre em Catalão (GO) desde a década de 1970. São cinco décadas de exploração mineral, impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Apesar dos impactos as escalas de resistências são um importante fator para compreender os processos de (re)existências e luta pelo território, produção e reprodução em suas múltiplas escalas. Deste modo, realizamos nos procedimentos desta pesquisa revisão bibliográfica, trabalhos de campo e entrevistas com os camponeses da Comunidade Macaúba com o objetivo de compreender as escalas da vida e de lutas. A partir da revisão de literatura e dos dados obtidos compreendemos que ao longo destas cinco décadas de exploração mineral a escala de impactos abrange diversas escalas, desde a prospecção até o transporte, mas são as Comunidades Camponesas as mais atingidas diretamente. A expropriação, as lutas pelo direito ao território-vida e a organização passam então a ser pautas constantes para os processos de lutas por direitos e novos horizontes, para além do atual modelo predatório de mineração vigente.

**Palavras-chave:** Território; Mineração; Expropriação; Lutas por direitos

### RESUMEN

El objetivo de esta investigación es realizar una discusión sobre la exploración minera que se ha realizado en Catalão (GO) desde la década de 1970. Son cinco décadas de exploración minera, impactos ambientales, sociales, económicos y culturales. A pesar de los impactos, las escalas de resistencia son un factor importante para comprender los procesos de (re) existencia y lucha por el territorio, la producción y la reproducción en sus múltiples escalas. Así, en los procedimientos de esta investigación, realizamos una revisión bibliográfica, trabajo de campo y entrevistas a los campesinos de la Comunidad Macaúba con el objetivo de comprender las escalas de vida y luchas. Con base en la revisión de la literatura y los datos obtenidos, entendemos que a lo largo de estas cinco décadas de exploración minera, la escala de impactos abarca diferentes escalas, desde la prospección hasta el transporte, pero las Comunidades Campesinas son las más directamente afectadas. La expropiación, las luchas por el derecho al territorio-vida y organización se convierten entonces en pautas constantes para los procesos de luchas por derechos y nuevos horizontes, más allá del actual modelo depredador de minería vigente.

**Palabras clave:** Territorio; Minería; Expropiación; Luchas por los derechos.

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia- UFU, bruno.serafim.bs@gmail.com;

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação e Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, jcleps@ufu.br



## INTRODUÇÃO

Meu sonho, meu desejo mais profundo é que esses sujeitos coletivos priorizem suas culturas e visões de mundo, que não cedam às formas ocidentais e institucionais de política e construção de poder. Em suma, que sejam portadores dos novos mundos de que tanto precisamos nesta hora, marcada por um capitalismo predatório que nos afoga e mata. (ZIBECHI, 2020, p. 21)

A epígrafe acima, extraída do livro *Movimentos sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento*, do escritor e educador popular Raúl Zibechi, nos convida a sonhar com novos mundos. Em tempos em que o que impera é a busca por uma homogeneização dos múltiplos sujeitos, convertidos em consumidores, e da natureza, transformada em mercadoria, os sujeitos coletivos e movimentos sociais, ou como o autor propõe as “sociedades em movimento” nos mostram que não devemos ceder as formas políticas e de poder que nos subjagam. Impera a necessidade de sonharmos novos mundos e cosmovisões, pensarmos em novas alternativas e novas utopias.

A interpretação de Zibechi (2020) sobre as sociedades em movimento é valiosa para podermos respirar e confrontar este capitalismo predatório que nos afoga e nos mata. Para longe de apenas realizar a utilização de metáforas acerca do mundo concreto, o que o autor nos convida é realizar uma reflexão com pesquisadores, militantes e ativistas sobre as práticas espaciais do capitalismo predatório, principalmente o modelo de mineração vigente no Brasil e, em grande parte, na América Latina. Este modelo, vigente de exploração mineral deixam rastros de espoliação, esgotamento ambiental, fratura ambiental, conflitos e disputas territoriais, amputação ecológica e, em algumas regiões, a minero-dependência.

A disponibilidade de recursos minerais insere diversos territórios na mira das estratégias do mercado global, sendo que estes locais, em maior ou menor escala, contribuem para uma compreensão dos impactos socioespaciais de sua territorialização. Os grandes empreendimentos do setor extrativista reconfiguram o espaço onde se territorializam, criam novas dinâmicas espaciais e de produção, reorganizando, assim, as formas de apropriação e uso do solo e engendram conflitos e disputas com as territorialidades preexistentes.

A chegada do setor mineral, ao ser promovido como um vetor do desenvolvimento, deve ser apreendida em seu espectro econômico. Coelho (2015) ao



discutir o Discurso de Desenvolvimento Econômico pela Mineração (DDM), explícita que o DDM é designado como uma forma de “discurso propagado em localidades que lidam com as consequências causadas por atividades econômicas com forte impacto social, como a extração de recursos naturais.” (COELHO, 2015, p. 101).

Esse discurso busca legitimar a atividade mineradora com uma ideia distorcida de desenvolvimento, pois emprega-se a retórica de criação de postos de trabalho, de captação de renda por meio de impostos e que a Contribuição pela Exploração dos Recursos Minerais – CFEM será utilizado como instrumento do desenvolvimento local, e, por consequência, irá afetar todo um ecossistema econômico. Assim a mineração surge como sinônimo de desenvolvimento de toda uma sociedade, e não apenas uma parte dela. Coelho (2015, p. 103) ainda ressalta que

[...] a mineração é uma fonte inesgotável de renda para o caixa das prefeituras, o que potencializaria os investimentos públicos e a riqueza local. [...] a atividade mineradora, além de ser o principal gerador de riquezas para o município, traria também enormes benefícios sociais para a população local, pois a renda arrecadada por meio de impostos e royalties seria revertida para a população por meio de investimentos públicos em educação, saúde, infraestrutura, etc. Esse é um argumento pró-mineração contra o qual até mesmo os grupos de oposição têm dificuldade para rebater, legitimando dessa forma a atividade mineradora.

Por meio deste discurso a legitimação do setor minerário concretiza-se, ir contra a mineração seria o mesmo que ser contra investimentos na educação, na saúde e na infraestrutura. Essa ideia então cria uma aliança social entre aqueles que são pró-mineração e aqueles que são contra, pois concebe-se uma aceitação em bem de todos, deixando relegado os impactos inerentes ao setor aqueles sujeitos que estão e são diretamente afetados pelo o empreendimento.

Para Furtado (1978, p. 76) é preciso apreender o “custo da acumulação em termos de valores culturais próprios”, isto é, é preciso correlacionar o custo inserido no processo de apropriação e enriquecimento, a que custo ele é obtido e de que forma é realizado e, ainda mais, quem é que lucra e quem são os que lidam com o ônus. Compreendendo isto podemos verificar a conflitualidade entre este setor econômico, populações e comunidades preexistentes em um determinado território que se chocam e se antagonizam por terem racionalidades diferentes acerca do mesmo espaço.

Cada grupo de sujeitos detêm suas respectivas racionalidades de uso e apropriação do território que conflitam com a forma de uso e apropriação do setor



minerário – se para o primeiro a terra insere-se como o *locus* de reprodução de práticas econômicas, culturais, políticas, ideológicas e da manutenção da vida, para o setor minerário o que está em jogo é o que está no subsolo.

Diferente de outros setores econômicos, que se territorializam em locais estratégicos para a confluência dos fixos e fluxos, a territorialização das empresas mineradoras ocorre por meio da identificação de áreas a serem exploradas, em decorrência da sua formação geológica-geomorfológica e, posteriormente, convertidas em recursos naturais dotadas de valor econômico. Daí ocorre também a restrição da exploração mineral, não ocorrendo em qualquer localidade, mas sim em decorrência da sua formação geológica, a formação geológica cria uma “rigidez locacional” (SCLAIR, 1996).

A mineração é uma atividade econômica de relevância econômica na atual sociedade contemporânea, que caminha em direção a 4<sup>o</sup> Revolução Industrial (SCHWAB, 2016). Através da técnica é alterado de forma considerável o espaço geográfico, modificando as relações preexistentes de populações com o seu território, criando alterações de ordens econômicas, sociais, ambientais e culturais. Pode-se considerar uma diversidade de fatores que contribuem para a atividade de exploração mineral ocorrer. Conforme Santos (2020) é por meio da técnica que o homem se relaciona com a natureza e é por meio dela que é possível mensurar a materialidade de um determinado espaço geográfico.

Além da técnica, como instrumento mediador da relação homem↔natureza, é necessário apreender os sistemas de ações que corroboram para a efetivação da técnica – leis municipais, estaduais e federais que visam regulamentar a atividade e ao regular normatiza a utilização dos recursos naturais e minerais para determinados fins. Deste modo tais ações possibilitam a utilização efetiva do território através de uma racionalização de apropriação da natureza para acumulação do capital, sob a tutela e mediação do Estado capitalista.

A partir de Santos (2020) podemos compreender o uso do território pela mineração através dos conceitos da tecnoesfera e psicoesfera, em que o meio geográfico, mediado pela técnica e pela ciência, permite inserir novas racionalidades de utilização do território. Outro pilar está relacionado ao meio técnico-científico que introduz



racionalidades, irracionalidades e a contra-racionalidades da forma-conteúdo do território.

Deste modo, utilizamos nesta pesquisa o recorte espacial do Estado de Goiás, em um primeiro momento, e posteriormente em Catalão, que desde a década de 1970 passou, e passa, por diversas transformações, em decorrência da reestruturação produtiva, em função da agroindustrialização, a exploração de minérios (voltar). Neste período, com o apoio do Estado, o capital vem se apropriando, modificando e reestruturando os usos do território e se confrontando com territorialidades preexistentes, isto é, o capital choca-se, disputa e entra em conflito com territorialidades quilombolas, camponesas, indígenas, com posseiros, vazanteiros em busca da obtenção do lucro por meio da mercadorização da Natureza.

Essa apropriação, mediada e tutelada pelo Estado e o setor privado do capital, cria novas paisagens e novas formas de produção, causando, portanto, implicações socioeconômicas, socioambientais e socioculturais as territorialidades existentes nos territórios, contrapondo-se a essa apropriação, e as disputas e conflitos desencadeados pela divergência de racionalidades destoantes, entre capital mineral e camponeses.

Deste modo esta pesquisa está dividida em cinco partes. A Introdução, apresentando a temática, a Metodologia aplicada a pesquisa, o Referencial Teórico ao qual forneceu subsídios para realizar a discussão, os Resultados Obtidos e as Considerações Finais. Nosso ponto basilar de discussão foi questionar: Quais foram as implicações da territorialização do setor mineral em Catalão nessas últimas cinco décadas? Há um processo de resistência frente aos efeitos cumulativos da mineração? A partir da realização de trabalho de campo com a Comunidade Macaúba buscamos apreender e buscar as respostas deste questionamento.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da presente pesquisa elegemos a pesquisa qualitativa, com a utilização de dados quantitativos, seguido da revisão bibliográfica para revisão da literatura referente a temática da mineração e trabalhos já publicados em livros, anais, dissertações e teses. Os dados referentes a mineração foram obtidos por meio de sítios eletrônicos da Agência Nacional de Mineração (ANM).



A partir de Chizzoti (1991) buscamos reconhecer os atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos, pois estão atravessados pela realidade concreta da vida e do cotidiano. É por vivenciarem a realidade cotidianamente que os sujeitos são atores sociais dos modos de produção de conhecimento, eles são elemento do devir científico e, em reflexo disso, que durante as incursões a campo utilizamos instrumentos de apoio, como a entrevista semiestruturada, a observação direta, a utilização de registros audiovisuais, uso da caderneta de campo, gravador de voz e máquina fotográfica.

Para a apreensão da realidade da Comunidade Macaúba, foi realizado trabalho de campo onde foi realizado entrevistas com questionário semiestruturado, totalizando 27 famílias entrevistadas, realizado entre março a julho de 2019. A realização do trabalho de campo possibilitou apreender a realidade concreta, as escalas de resistência e, principalmente, os impactos socioambientais enfrentados, principalmente a drástica transformação da paisagem, ruídos sonoros e particulados das pilhas de estereis transportados pela erosão eólica.

A Comunidade Macaúba é uma das 20 comunidades localizadas no município de Catalão (GO), a mesma está localizada a aproximadamente 15 quilômetros da sede municipal. O acesso a Comunidade ocorre pela BR-050 e pela GO-504, que delimitam parte da comunidade. A sua proximidade da área urbana permite o movimento pendular dos camponeses para a comercialização de sua produção.

A origem da Comunidade Macaúba relaciona-se a construção do Centro Comunitário, por cooperativa de representantes da Igreja Católica com moradores locais. Desde a territorialização das mineradoras, na década de 1970, ocorre um processo de expropriação e desterritorialização, o que implica em um esvaziamento da Comunidade. Ferreira (2012), Gonçalves (2016), Mendonça, Matos e Serafim (2020) ao investigarem a Comunidade Macaúba asseveram o processo de esvaziamento por expropriação e desterritorialização. Ferreira (2012) aponta que entre 1970 a 2011, nas Comunidades Macaúba e Chapadão, cerca de 75 famílias foram expropriadas, apenas da Comunidade Macaúba o número é de 35 famílias, de 2000 a 2011, período do *boom* das *commodities* outras 6 famílias foram desterritorializadas para dar lugar a lógica de produção do capital mineral.

Na pesquisa de Mendonça, Matos e Serafim (2020) ao investigarem a Comunidade Macaúba, entre 2018 a 2020, mapearam 27 famílias, tendo uma delas



sofrido processo de judicialização com multa<sup>3</sup>, caso ocorresse descumprimento da ordem judicial de retorno a propriedade sob multa diária de R\$ 30 mil reais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Território e defesa do território

A discussão teórica acerca do conceito território tem tomado proporções cada vez mais obsessivas no discurso e na imaginação acadêmica e política. Autores como Cruz (2021) e Conceição (2021) chamam a atenção para essa discussão ao considerarem que a utilização do conceito de território tem se tornado uma ferramenta, seja,

como metáfora, arma política, ou, simplesmente, como um vício de linguagem, a palavra invadiu os mais diferentes domínios discursivos [...] sua popularização implica sérios riscos de uma pop-degradação e consequente banalização do seu potencial analítico e político. (CRUZ, 2021, p. 102).

Segundo Conceição (2021) a utilização, cada vez mais frequente, do conceito território, têm se conformado como um “abuso”, isso reafirma a crítica que Cruz (2021) realiza ao considerar que há uma banalização do potencial analítico e político. Pois, de acordo com a autora,

o conceito de território implica na leitura epistemológica geográfica escalar da mundialidade e totalidade. O que leva a refletir sobre o caráter vampiresco do capital, na busca incansável, pela expropriação do trabalho e a consequente apropriação do território. (CONCEIÇÃO, 2021, p. 18).

No âmbito da ciência geográfica há múltiplas compreensões e concepções acerca do conceito de território, como as de Sack (1986), Ratzel (1990) e Raffestin (1993). Na presente pesquisa procuramos nos embasar em dois autores: Santos (1996) a partir da noção de território usado e Souza (1995) compreendendo que o território é sempre um “*espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.*”. A escolha de ambos autores, de vertentes diferentes, mas que permitem realizar e apreender a realidade concreta do conceito de território, nos permite realizar a leitura e operacionalizar na presente pesquisa.

Para Souza (1995, p. 78) o território é, fundamentalmente um “*espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.*” O autor enfatiza, e busca remover

---

<sup>3</sup> De acordo com o Observatório da Mineração (2020) “Na comunidade Macaúba, em Catalão, decisão liminar publicada esta semana [20 de fev. de 2020] em favor da Mosaic, pelo juiz Marcus Vinícius Ayres Barreto, obriga cinco famílias a deixarem as suas propriedades em até 5 dias após notificação sob pena de multa diária de R\$ 30 mil. Antes mesmo da decisão a Mosaic já fixou cercas para delimitar a área.”



eventuais confusões, em trabalhos posteriores, ver Souza (2009, 2018, 2019), que “o território é definido pelo *poder*” (SOUZA, 2018, p. 88). Afinal, como ressalta o autor: “Por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele?” Como dissemos anteriormente, a mineração depende intrinsecamente da disposição geológica-geomorfológica dos minerais, o que também atrela-se a questão da rigidez locacional.

*O desejo ou a cobiça com relação a um espaço podem ter relação com os recursos naturais da área em questão; podem ter a ver com o que se produz ou quem produz no espaço considerado; podem ter a ver com o valor estratégico-militar daquele espaço específico; e podem se vincular, também às ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (ou mais especificamente, entre um grupo e objetos geográficos determinados, como um santuário ou símbolo “nacional”. (SOUZA, 2018, p. 88, grifos do autor).*

O desejo de reprodução do capital, principalmente a partir da década de 1970, com o neoliberalismo e a financeirização da Natureza, inseriu novas localidades na mira do mercado global. Enfatiza-se, conforme o autor, a intencionalidade para ocupar um determinado espaço, intencionalidade esta que perpassa uma pleiade de possibilidades, seja para o capital, seja para determinados grupos e atores sociais ou para o Estado, cada um com seus respectivos objetivos e desejos. Em Catalão (GO) esse ato está relacionado aos recursos naturais da área em questão (fosfato, nióbio, vermiculita, titânio) e em Goiás em decorrência da diversidade geológica-geomorfológica com: níquel, ouro, cobre, alumínio e amianto. O subsolo goiano encontra-se, portanto, em disputa (FERREIRA, 2012, GONÇALVES, 2016).

A territorialização é sempre um processo no qual realiza-se por meio do poder, inicialmente *por* e *a partir* do Estado capitalista, que media, ordena, altera e projeta sobre o território, por meio de Leis, Normas e Decretos a funcionalização e refuncionalização do espaço, o que constitui-se como suas vontades e desejos em bem da “nação”, como se essas vontades e desejos fossem para a realização e desenvolvimento social da nação, como é comumente justificado para legitimar ações que conflituem com racionalidades divergentes.

Para Santos (1996, p. 16) devemos apreender o território como território usado. O autor define que: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Essa noção nos permite apreender que, a utilização do território sempre está em um invólucro social, isto é, realiza-se por meio do uso humano, para produção e reprodução dos modos de vida (econômico, político, cultural-identitário).



Habitar o espaço significa que a apropriação do mesmo se dá por meio do enraizamento. Tuan (1980, p. 4) elucida que “Objetivamente, enraizamento é longa habitação em uma localidade”. Essa perspectiva elucida a noção de passagem do tempo para que ocorra a percepção sobre o ambiente, dando ao indivíduo a familiaridade com seu entorno e transformando um espaço sem significado em um lugar significativo. É daí que a defesa de territórios correlaciona-se com seu enraizamento espaciotemporal. Pois,

[...] se por acaso o território não significasse para o povo aí residente um bom motivo para resistir à sua adulteração e perda, não haveria praticamente problemas para a ampliação econômica “vinda de fora”. Seriam construídas em prazos curtos, a baixo custo, sem críticas nem contestações, todas as hidrelétricas, canais, ferrovias, indústrias pesadas projetadas; seriam igualmente abertas novas lavras de minério, poços de petróleo e grandes áreas de culturas industriais, simplesmente retirando de todas áreas afetadas quem ali residisse ou tirasse seu sustento. E todas essas iniciativas patronais e governamentais seriam justificadas pelo “desenvolvimento” que necessariamente trariam a essas regiões eleitas. (SEVÁ FILHO, 2019, p. 13-14)

Conforme Sevá Filho (2019) ressalta, o território sempre significa algo para o povo que ali reside e há um bom motivo para sua defesa e sua resistência à agentes externos que visam modificar e se apropriar de um território já preexistente. Cada grupo social compreende o território a partir de uma respectiva cosmovisão de usos, racionalidades e ações.

O território usado é também território-abrigo, pois é na relação com este espaço delimitado que a vida acontece e ocorre, é nisso a atenção que Santos (1996) chamará de espaço banal, mas com denso significado para quem habita e dele depende para a produção e reprodução da vida.

A própria noção de conflito carrega consigo a eventualidade de contrastes que divergem entre si, para um determinado fim. Santos (1996, p. 18) fala que é necessário refletir sobre o conflito, pois de um lado há “o ato de produzir e de viver” e de outro

um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um *processo racionalizador* e um *conteúdo ideológico* de origem distante e que chegam a cada lugar com os *objetos e as normas estabelecidos para servi-los*. (SANTOS, 1996, p. 18, *grifo nosso*).

Retomamos aqui, de forma breve, a discussão de Santos (2020) acerca da tecnoesfera e da psicoesfera, elementos conceituais necessários para apreender o “processo racionalizador e o conteúdo ideológico”. Para o autor:



A tecnoesfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, [...] frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas - tecnoesfera e psicoesfera - são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (SANTOS, 2020, p. 256).

A tecnoesfera, ao se adaptar como uma prótese, substitui o meio natural e/ou técnico que o precedeu, aderindo ao local como uma prótese. Essa substituição não ocorre de forma harmoniosa, mas ocorre por meio da busca por legitimação. É preciso oferecer um sentido positivo, para que ocorra a legitimação do discurso, geralmente empregado como discurso de desenvolvimento econômico e progresso. Daí a necessidade de se criar, conjuntamente, uma psicoesfera para que a racionalidade dada estimule a imaginação para as possibilidades vindouras de benefício social comum.

Coelho (2015) enfatiza isso de forma acertiva ao argumentar que ressalta-se os benefícios positivos, enquanto os impactos negativos são relegados ao segundo plano, inserindo estes impactos negativos ao ambiente da mina e não considerando que os impactos são espacial e temporalmente abrangentes (MILANEZ, 2016).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **A mineração em Catalão**

A exploração mineral no Brasil foi uma atividade que engendrou o surgimento de diversas cidades no país, inclusive no Estado de Goiás (LIMA, 2003) e situou-se como ciclos de acumulação (MOREIRA, 2018). A partir do século XX há também uma emancipação de algumas cidades (Cristalina, Campos Verdes, Baliza), em decorrência ao novo modo de produção baseado na mineração. Santos (2020) argumenta que este modo de produção contribuiu para transformações significativas para os municípios onde as mineradoras estão instaladas, gerando reflexos importantes no espaço urbano, mas também intensas transformações no espaço rural.

Atualmente Goiás situa-se como terceiro explorador de minérios no Brasil, estando atrás de Minas Gerais e do Pará (ANM, 2021). O setor mineral é diversificado e ocupado o segundo lugar na formação do PIB goiano, sendo superado apenas pela agropecuária (IMB, 2020). São sete polos distribuídos pelo estado, localizado nos municípios de Alto



Horizonte (cobre e ouro), Americano do Brasil (níquel e cobre), Barro Alto (níquel e alumínio), Catalão/Ouvidor (nióbio, fosfato, vermiculita e titânio), Crixás (ouro), Minaçu (amianto), Niquelândia (níquel) e São Luís de Montes Belos (vermiculita).

O Estado de Goiás é o principal produtor de rocha fosfática, com participação de 35% da produção nacional e nióbio, com 13%, sendo ainda o quarto maior explorador de ouro, com cerca de 13% (DNPM, 2016). Ressalte-se ainda o caráter das empresas exploradoras situadas no território goiano que são multinacionais (Mosaic Fertilizantes, CMOIC Internacional Brasil, AngloGold Ashanti, SAMA S.A, Anglo American, Votorantim) exceto a de Niquelândia, o que ilustra a atuação do capital internacional do setor mineroquímico em Goiás.

A década de 1970 vêm a se configurar como o início das atividades de exploração mineral em Goiás, anterior a este período as atividades relacionavam-se as atividades garimpeiras auríferas, com pouca tecnologia que pudesse ser empregada para ampliar a produção da exploração mineral, entrando em decadência (PRADO JR., 2011).

Lima (2005) ressalta as transformações que Goiás teve neste período, ao destacar que:

A partir desta década, o Estado de Goiás, pela sua constituição geológica-geomorfológica com expressivo número de ocorrências minerais, e aliado às Políticas de desenvolvimento do governo federal e estadual, foi “descoberto” e passou a ser um dos grandes centros brasileiros na produção mineral em escala industrial. De uma economia predominantemente agropastoril o Estado passou a ter, na mineração, um segmento econômico importante e estratégico [...] passou a acolher, em seu território, um expressivo número de empresas para a exploração de diferentes tipos de minério. (LIMA, 2005, p. 10).

Inicialmente a mineração em Goiás ganha força em decorrência da criação da Metais de Goiás S.A (METAGO), através da Lei Estadual nº 3810 de 10 de nov. de 1961. Essa empresa de capital misto, começou a operar funções de pesquisa, direção, organização e exploração da potencialidade mineral do Estado de Goiás (CARVALHO, 1988). Em Catalão (GO), é a partir da década de 1970 que o município começa a se destacar regionalmente pela produção mineral (SANTOS, 2020).

Em 1975, a Goiás Fertilizantes instala a sua primeira Usina-Semi Industrial para realizar o beneficiamento de fosfato; em 1992 ela vêm a ser privada e realiza-se a troca de controle acionário, instrumento este que volta a ocorrer até os dias atuais, e que atualmente está sob posse e controle da Mosaic Fertilizantes.

Já em 1976, com a Mineração Catalão, é período em que inicia-se a exploração das atividades na mina de nióbio em Ouvidor (GO). No ano seguinte a empresa realiza a



produção da primeira liga de ferronióbio. Em 1984, a Copebrás inicia a produção de fertilizantes e fosfatados em Catalão, tendo um ampliação em 2003, quando foi inaugurado o Complexo Minerário Químico de Catalão, realizando a produção de fertilizantes e fosfatados (CMOC, 2018).

Essas trocas de controle acionário repetiram-se continuamente. A Mineração Catalão e a Copebrás integravam o capital ativo do grupo Anglo American, que foi vendido em 2016 ao grupo chinês CMOC Internacional, que passa a atuar na mineração e beneficiamento de nióbio e fosfatos, minerais essenciais para o desenvolvimento do mercado global e ampliar na agricultura brasileira que têm um déficit em produtos fosfatados, necessitando realizar importação. A partir de Santos (2019) podemos compreender a cronologia de instalação das indústrias mineradoras em Catalão, culminando, atualmente, no controle pela Mosaic Fertilizantes e grupo CMOC.

Quadro 1 e 2: Cronologia de instalação das indústrias mineradoras em Catalão (GO)

Ano	Cronologia de instalação das indústrias mineradoras da Mosaic Fertilizantes em Catalão (GO)
1968	<b>METAGO-Metals de Goiás S.A.</b> A METAGO foi a primeira empresa a requerer áreas para pesquisa que durou de 1968-1972, somente em fevereiro de 1975 que a Usina Semi-industrial ativou suas operações de lavra e beneficiamento do minério de fosfato em escala semi-industrial
1975	<b>GOÍASFÉRTIL-Goiás Fertilizantes S.A.</b> Em 1978 a METAGO em associação com a Petrofértil o BNDE/FIBASE fundaram a Goiasfértil.
1979	<b>VALEFÉRTIL – VALE</b> Em 1979, a CVRD estava desativando sua produção de fertilizantes e passou para a FOSFÉRTIL a VALEFÉRTIL - complexo químico para produção de fertilizantes solúveis.
2018	<b>Mosaic</b> Em 2018 a Vale e a Mosaic entram em acordo envolvendo a venda da Vale Fertilizantes para a Mosaic. A Mosaic trabalha no ramo de fertilizantes fosfatados e ingredientes para nutrição animal

Ano	Cronologia de instalação das indústrias mineradoras do grupo CMOC em Catalão/GO (2019)
1976	<b>Mineração Catalão</b> A Mineração Catalão inicia as suas atividades em Ouvidor (GO), com a exploração da mina de nióbio.
1977	É produzida a primeira liga de ferronióbio da Mineração Catalão, na usina metalúrgica de Catalão (GO).
1984	<b>Copebrás</b> A Copebrás inicia a produção de fertilizantes fosfatados em Catalão (GO)
1999	A Mineração Catalão dá início à operação e à recuperação de pirocloro na mina Boa Vista, em Catalão (GO)
2000	A Copebrás inaugura a sua planta de granulação de fertilizantes em Catalão (GO)



2003	É inaugurado o maior projeto da Copebrás, o complexo minero-químico de fertilizantes e fosfatos, em Catalão (GO). A empresa também dá início à produção do Copefós – fosfato bicálcico usado na composição de ração animal.
2014	<b>Anglo American</b> A Anglo American, controladora da Copebrás e da Mineração Catalão, dá início ao Projeto BVFR, que permite o beneficiamento de minério não oxidado contido na rocha da mina de nióbio Boa Vista, em Catalão (GO).
2016	<b>CMOC International do Brasil</b> A CMOC International adquire as operações de nióbio e fosfatos da Anglo American no Brasil. Operando como CMOC International Brasil, a companhia resgata a marca CopeBras para a operação de fosfatos e cria a marca NioBras para o negócio de nióbio.

Baseado em: Santos.T.P.L. (2019) Org.: REIS, B.S. (2021)

À partir do Quadro 1 e 2 podemos apreender a transição pela qual a mineração em Catalão passou ao longo destas últimas cinco décadas. Compreendendo a relação intrínseca entre a exploração (mina) e a circunvizinhança, no próximo tópico apresentaremos a Comunidade Macaúba, uma das muitas comunidades camponesas em Catalão (GO).

### **A Comunidade Macaúba**

A Comunidade Macaúba é uma das trinta e duas comunidades rurais no município de Catalão (GO), estando localizada a 15 km de distância da sede municipal. O acesso à Comunidade ocorre parte pela BR-050 e pela GO-504, que delimita parte da Comunidade com divisas com a Mosaic Fertilizantes e CMOC. A decisão de escolha desta comunidade se dá pela localização próxima da mina a céu aberto Mina Chapadão. Essa Comunidade tem sido foco de diversos trabalhos e pesquisas realizados com os sujeitos sociais, ver Ferreira (2012), Gonçalves, (2016), Mendonça et. al (2020) e Reis (2020)

A partir dos trabalhos de campo realizado e entrevista aplicadas com 27 proprietários(as), verificou-se uma predominância de uma população idosa, representando 66% (33% de 46 a 60 e 33% de 61 a 85 anos). A presença de crianças e jovens na Comunidade correspondem a 11% da população. O tempo de moradia na Comunidade é um dado fundamental para compreender o enraizamento da população neste território; 30% da população habita há mais de 50 anos na Comunidade, o que possibilita apreender as transformações sociais, econômicas e políticas sob o ambiente adjacente.

De acordo com os entrevistados, desde o processo de instalação, territorialização e expansão das empresas minerais há um esvaziamento da Comunidade. Com o objetivo de abertura de novas áreas, para pilhas de estéreis e barragens de rejeito, e expansão, muitos camponeses foram desterritorializados, isto é, conforme Haesbaert (2012, p. 315) eles foram excluídos, privados e tiveram o território precarizado, tanto em termos de recurso



(material e simbólico) quanto como possibilidade de efetivar a continuidade dos modos de vida e produção.

Para os camponeses, a mineração é o “estranho”, a qual Martins (1993) discorre, o desconhecido que ainda não o é, podendo vir a ser conhecido de maneira positiva ou negativa. O setor mineral, ao longo destas cinco décadas, provocou uma desordem local, pois “a grande empresa transnacional e suas modalidades de acumulação por desapropriação perturbam a ordem local, gerando vários conflitos derivados da coexistência de racionalidades antagônicas em relação ao uso do território. (LENDE, 2018, p. 287).

Os efeitos sociais e ambientais ao longo destas décadas podem ser aferidos a partir da fala de um entrevistado “[...] *aqui eu vi a serra nascer e crescer*” (Entrevistado 1), ressaltando o aspecto de modificação da paisagem, tendo em vista que a exploração mineral impacta diretamente o ambiente desde sua fase de pesquisa e intensifica-se na fase de lavra, com alteração substancial da paisagem (pilhas de esteréis, remoção da camada superficial, criação de barragens de rejeito e afins.).

Sobre os efeitos sentidos está o mais substancial, correlacionada a água, em que um entrevistado ressalta que “*mesmo que eu queira plantar alho, não tem jeito, minhas minas tá secando, só tem um pouquinho de água [...] até para vender a propriedade, ter água é fundamental, quem quer comprar uma terra sem água?*” (Entrevistado, 2). A partir da fala percebe-se a importância que a água tem para a realização da produção na terra. A ausência ou diminuição da água significa que muitas atividades ficam inviabilizadas, além de afetar diretamente a possibilidade de vendas futuras.

Além dos efeitos observado na paisagem, e sentido na água, há também os respiratórios que são intensificados durante o período de estiagem, os ruídos e sonoros, de rochas sendo fragmentadas pelo uso de explosivos, transição de maquinários na escala de 24 horas, 7 dias por semana. Diante de todos estes efeitos e impactos, há aquele que os camponeses consideram como o mais violento que é a expropriação e judicialização.

O documentário *Abaixo da Capital: mineração, destruição e morte* (2016), do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), traz entrevistas elucidativas com afetados da Comunidade Macaúba, sobre a saída forçada, o desenraizamento uma das entrevistadas diz: “*A gente morou lá uns 68 anos ou mais, e agora sair assim a gente parece que acha estranho, né? Custoso, achei ruim sair, mas tá falando que não podia ficar*” (Transcrição de fala, MAM, 2016), outra diz que “*a gente só vendeu a propriedade,*



*mas a nossas raízes vai ficar todas aqui, né!? Essas raízes nós não pode carregar elas. Todo dia que eu lembrar a gente vai chorar, porque é muito duro a gente ter que sair do lugar da gente.”* (Transcrição de fala, MAM, 2016).

Ambas falas ressaltam o aspecto do desenraizamento forçado, da expulsão, da tristeza e dos atravessamentos que a mineração trouxe para à Comunidade e seus moradores. O enraizamento que foi erigido ao longo do tempo é arrancado pela lógica do capital, sob a tutela do Estado. Há pressões e resistências para a garantia da vida e das relações, pois a luta e a resistência significam a busca da própria existência e de um *ethos* campesino. A luta insere-se como uma práxis concreta, uma filosofia da resistência que coloca em movimento a contestação das relações de poder.

Sevá Filho (2019, p. 51) ressalta que para as pessoas que moram, trabalham, plantam e usam aquele pedaço do mundo, a defesa passa a ser uma questão de sobrevivência. É por esse motivo que eles resistem, reagem, buscar chamar a atenção e dar visibilidade a essas realidades, pois o “capital apenas prossegue no seu processo de acumulação ao eleger [...] localidades como algo [...], não existe apenas um conflito, algo temporário, que possa ser gerenciado que até que um dia se “resolva” ”.

Se há uma agudização dos conflitos por solo e subsolo em Goiás (GONÇALVES, MENDONÇA, 2015, GONÇALVES, 2020), há também processos de resistência e a busca pela afirmação da própria existência (GONÇALVES, 2016; MENDONÇA, MATOS, SERAFIM, 2020). Os processos de resistência estão atrelados ao apoio mútuo entre sujeitos, relações entre movimentos sociais, ativismos e insurgência, todas essas práticas ilustram a escolha de luta contra o poder hegemônico do capital e a normatização do Estado em tutelar empreendimentos, legitimando que é em prol da nação, inserindo e justificando territórios como zonas sacrificiais.

A parceria da Comunidade Macaúba com as Comunidades Coqueiros, Mata Preta e a antiga Chapadão simbolizam a união contra um adversário comum. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e muitos outros somam-se na luta cotidiana em busca de soluções sob o horizonte comum e expõe que os conflitos e as implicações territoriais advindas da mineração complexificam o debate da questão agrária (GONÇALVES, 2016, GONÇALVEZ, MILANEZ, 2019).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos traçar um paralelo acerca da mineração e suas implicações no município de Catalão (GO). Ao longo dessas cinco décadas a mineração provocou impactos severos sob as comunidades camponesas, entretanto há processos de resistência, articulação e parceria com movimentos sociais. Os resultados apresentados demonstram que Goiás insere-se como um importante território para a mineração, desvelando uma das muitas realidades que delineiam a relação exploratória e o aprofundamento de impactos e conflitos sob bens naturais, sociais e no corpo dos camponeses.

Os processos de resistência, associados a movimentos sociais e realização de ativismos, demonstra que a Comunidade Macaúba está em luta por seus direitos e pela garantia da própria existência. São cinco décadas de exploração mineral, um período que para realizar uma síntese necessitou-se realizar um recorte analítico e apontar os principais pontos que corroboram para a nossa leitura. Acreditamos que a partir do exposto, poderemos aprofundar a discussão teórica-metodológica e contribuir para a leitura da realidade concreta de Catalão, Goiás e do Brasil.

A busca contínua em descortinar os meandros da realidade brasileira demonstram que a mineração não está atrelado ao passado do Brasil, em seus respectivos ciclos econômicos e de acumulação, mas se mostra mais atual, pois há em curso um aprofundamento do modelo agrário-mineral, que reflete, também, um aprofundamento de disputas e conflitos por terra, solo, subsolo e territórios.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da CAPES, pela Bolsa de Mestrado. Agradecemos aos membros do Grupo de Trabalho da Câmara de Vereadores de Catalão, liderado pelo Prof. Marcelo R. Mendonça, na figura de Vereador. Ao Marcos, morador da Comunidade Macaúba, por intermediar o contato e o diálogo com os camponeses da Comunidade Macaúba.



## REFERÊNCIAS

ANM. **Distribuição CFEM Ano: 2020.** Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao\\_cfem\\_ano.aspx?ano=2020](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem_ano.aspx?ano=2020). Acesso em 23 de out. de 2021.

COELHO, T. P. O Discurso do desenvolvimento pela mineração. In: ZONTA, M; TROCATE, C. (orgs.). **A questão mineral no Brasil, vol. 1. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.** 2º ed. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2017. p. 99 – 148.

CONCEIÇÃO, A. L. Usos e abusos da categoria território. In: **Revista da ANPEGE**, v.17, nº 32, ano 2021, pp. 7-21. Disponível em: [https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege//DOI 10.5418/ra2021.v17i32.13582](https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege//DOI%2010.5418/ra2021.v17i32.13582). Acesso em: 10 de set. de 2021.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo. Cortez Editora, 1991.

CRUZ, V. C. O território como palavra-chave: uma abordagem territorial da geofiticidade. In: LOPÉZ, P.; BETANCOURT, M. (coords.). **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa: re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. pp. 101-122.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 2ºed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FERREIRA, A. P. S. O. **Territórios em conflito: a comunidade Macaúba/Catalão (GO) e a territorialização da atividade mineradora.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2012.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1978.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MENDONÇA, M. R. Mega projetos de mineração e acumulação por espoliação em Comunidades Camponesas de Catalão – Goiás – Brasil. In: **Élisée**, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.4, n.2, p.134-146, jul. /dez. 2015.

GONÇALVES, R. J. A. F. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2016.

GONÇALVES, R. J. A. F. MILANEZ, B. Extrativismo mineral, conflitos e resistências no sul global. In: **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá/GO, v. 8, n. 2, p. 6-33, 2019.

GONÇALVES, R. J. A. F. MINERAÇÃO DE NIÓBIO E RUPTURA TERRITORIAL DE COMUNIDADES RURAIS EM GOIÁS. In: **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 9, n. 1, p. 154-170, 2020.



HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IBRAM. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2020 (ano base 2019).** Brasília: IBRAM, 2020. Disponível em: <https://portaldamineracao.com.br/acervo/publicacoes>. Acesso: 30 de set. de 2021.

MENDONÇA, M. R.; MATOS, P. F. SERAFIM, B.R. Existências e (re)existências nas Comunidades do entorno das mineradoras em Catalão (GO). In: MATOS, P. F.; MENDONÇA, M. R. (orgs.) **Mineração e agrohidronegócio: Efeitos no ambiente, trabalho e saúde.** Paco Editorial, 2020, pp. 121-158.

MILANEZ, B. **Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação.** Boletim Regional, Urbano e Ambiental, 2016.

PRADO JR. C. Mineração. In: **Formação do Brasil Contemporâneo.** 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. **Mosaic Fertilizantes expulsa moradores de suas casas em Goiás para armazenar rejeitos.** (2020). Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/mosaic-fertilizantes-expulsa-moradores-de-suas-casas-em-goias-para-armazenar-rejeitos/>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

REIS, B.S. **Efeitos espaciais da territorialização mineral em Catalão (GO): expropriação e conflitos na Comunidade Macaúba.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado). Universidade Federal de Catalão, Catalão (GO), 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4º ed. 10 reimpr. São Paulo, edUSP, 2020.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15- 20.

SANTOS, T. P. L. **As processadoras de fertilizantes em Catalão (GO): do consumo produtivo do agronegócio à produção do espaço urbano.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás: Catalão (GO), 2020.

SEVÁ FILHO, O. **Populações e territórios espolicados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul.** 1º ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 4ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política.** 1ºed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. **O território: Sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. et al. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

55 EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SCLIAR, C. **Geopolítica das minas do Brasil - a importância da mineração para a sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. Trad. Daniel Moreira Miranda. 1º ed. São Paulo: Edipro, 2016.

ZIBECHI, Raúl. **Movimentos sociais na América Latina**. 1º ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.